



Derivados de derivados

Palestrando com um amigo, ha uns dois mezes, á porta da *Formosa Paraense*, perguntou-nos elle, apontando para a casa de joias que fica defronte, se a palavra—*JOALHARIA*—da respectiva taboleta estava em ordem, ou se deveria ter-se escripto —*joalheria*.

Respondemos-lhe que, no caso, nos parecia preferivel a ultima fórma, e como o nosso interlocutor mostrasse alguma surpresa, sem d'úvida por divergir, este modo de entender, da opinião geralmente accita, expuzemos-lhe os motivos em que fundavamos a nossa. E aqui os publicamos, porque talvez interessassem o leitor. A questão não é nova, mas a maneira por que a estudamos, não a julgamos velha.

Alguns philologos, entre os quaes o illustre Sr. Candido do Figueiredo, condemnaram o suffixo *eria*, averberando-o de gallicismo. Segundo este parecer, *cavalleria*, *infanteria*, *artilheria*, *alfaiateria*, *paderia* etc., devem ceder o passo ás fórmas *cavallaria*, *infantaria*, *artilharia*, *alfaiataria*, *pada-ria* etc., pois o suffixo *aria* é que é portuguez.

Este aresto momentaneamente firmou doutrina. Se não estamos enganados, em Portugal o governo chegou a ordenar á imprensa official que adoptasse uniformemente a fórma *aria* em lugar de *eria*.

Eis, porém, que, *a folhas tantas*, outros philologos não menos abalisados, tendo á frente o erudito Sr. Heraclito Graça, puzeram-se a demonstrar, a saciedade, que o suffixo *eria* encontra-se tão bem como *aria*, nos mais reputados classicos da lingua, entre elles o grande Vieira.

Assim, ou a fôrma impugnada seria tão vernacula como a proposta, ou teríamos de admittir que os ditos luminares das nossas letras a tal respeito miserandamente claudicavam.

N'este estado da questão um armistício era de bom estylo. E por isso é que o nosso amigo, ainda hoje, julgando-a aberta ou quiçá insolúvel, aproveitou o ensejo para a consulta a que acima nos referimos.

O caso, quanto a nós, comporta a seguinte solução:

Temos em portuguez o suffixo *aria*, e temos tambem o suffixo *ia*, que se nota em *anomalía*, *sympathia*, *alegria*, etc.

O suffixo *eria* não existe em nossa lingua, e todas as vezes que se apresenta essa terminação, o que ahí ha, ou deve haver, é simplesmente o suffixo *ia*. A falta de uma observação cuidadosa da morphologia de certas palavras induzio ao êrro, e este engendrou a difficuldade. E' o que vamos demonstrar.

Todos sabem que a derivação propria se faz por meio de suffixos: de livro *livraria*, de escada *escadaria*.

Convem notar, porém, que ha *derivados de primitivos* e *derivados de derivados*. N'este ultimo caso, os suffixos desinenciaes são precedidos de outros, que se denominam *thematicos* porque se incorporam no *thema*, sem deixar de ser verdadeiros suffixos.

Tomemos para exemplo a palavra *cabello*. Desta se deriva *cabelleira*, decompondo-se morphologicamente em *cabell*+*eira*, isto é, o thema *cabell* seguido do suffixo *eira*.

De *cabelleira*, que já é um derivado, fôrma-se *cabelleireiro*, DERIVADO DE DERIVADO, e que se decompõe morphologicamente em *cabell*+*eir*+*eiro*, isto é, thema *cabelleir* mais suffixo desinencial *eiro*, ficando o primeiro suffixo *eir* incorporado ao thema.

Appliquemos o processo á palavra *cavallaria*. O suffixo *aria* denota ajuntamento, multidão. *Cavallaria* será uma multidão de cavallos? Não: multidão de cavallos chama-se *vava lhada*. *Cavallaria* é multidão de *cavalleiros*. Isto quer dizer que de *cavalló* formou-se *cavalleiro*, e de *cavalleiro* formou-se *cavalleiria*, assim: *cavall*+*eir*+*ia*, isto é, radical *cavall*, mais suffixo thematico *eir*, mais suffixo desinencial *ia*. Aqui não existe suffixo *aria*.

Com *infantaria* o caso é differente. Não havendo a fôrma intermediaria *infanteiro*, não ha *derivado de derivado*,

pois que *infantaria* se deriva directamente de *infante*. Temos, portanto, o thema *infant* seguido de suffixo *aria*: *infant+aria*. Aqui, com effeito, o suffixo é *aria*.

De *joia* se fórma *joalheiro*, de *joalheiro* se fórma *joalheiria*, a saber: thema *joalheir* mais suffixo *ia*. Não ha, n'este caso, como se está vendo, o suffixo *aria*.

Mas, objectar-nos-ão, ninguem escreve *cavalleiria*, *joalheiria*, etc. A isto responderemos que a tendencia ao menor esforço basta a explicar o desaparecimento d'aquelle *i* do suffixo thematico. A *syncope* é um facto trivialissimo, e esta, particularmente, parece ter gosado, entre os nossos escriptores, de uma certa predilecção.

Todos dizem e escrevem (até o Sr. Candido de Figueiredo, se não estamos equivocados) *parceria*, *grosseria*, ainda que repulsando o suffixo *eria* como gallicismo. Porque? Porque seria impossivel admittir a morphologia *parç+aria*, *gross+aria*, sendo evidente que *parceria* é derivação de *parceiro* e *grosseria* de *grosseiro*.

Logicamente, ou regularmente, deviam escrever *grosseiria* e *parceiria*. Não o fazem pela mesma razão porque não se escreve *cavalleiria*.

A terminação *eria* em vez de *eiria*, si se devesse lançar á conta de alguma interferencia extranha concorrendo com os phenomenos linguisticos acima indicados, parece-nos que ao castelhanismo, e não ao gallicismo, devia ser imputada.

Não sabemos porque este gôsto, de ir buscar sempre além dos Pyreneos o que se tem, muitas vezes, ao alcance da mão. A influencia hespanhola nunca deixou de ser consideravel na constituição do nosso lexico, e não será temeridade affirmar que cada vez mais se accentua em Portugal.

Em conclusão, no caso de que nos occupamos ha tres typos de palavras a considerar:

- 1.º, as que apresentam o suffixo *ia* e não *aria*, como *carpinteir+ia* (que não se pôde decompôr em *carpint+aria*);
- 2.º, as que apresentam o suffixo *aria* e não *ia*, como *infant+aria* (que não se pôde decompôr em *infanteir+ia*);
- 3.º, as que admittem um ou outro d'estes suffixos, como *funilaria* (que tanto se pôde decompôr em *funileir+ia* como em *funil+aria*).

Sem nutrirmos a pretensão de sentenciar, mas apenas trazer o nosso concurso para o estudo da questão, diremos que só em relação ao 2º e ao 3º dos typos mencionados nos parece acertada a uniformisação pelo suffixo *aria*, sendo mais logico conservar para o primeiro typo a terminação *eria*, composta do suffixo thematico e do desinencial *ia*.

Paulino de Brito



A reforma

da ortografia

A REFORMA da ortografia da nossa lingua era uma questão palpitante, que se debatia tanto em Portugal como no Brazil.

A nossa lingua, tal e qual se acha, necessita de uma unificação, o trabalho de doutos que a libertem de vicios, de erros lamentaveis que vêm mesmo desde os classicos; de formas graficas muitas vezes arrançadas ao capricho de escritores que, estribados em valiozo nome e conceito publico, intendiam conservar velhos hábitos, criando até maneiras extravagantes de escrever, estabelecendo, portanto, essa admiravel babel a que chegamos.

Os classicos não tiveram o devido apuro, a devida coerencia na escrita do nosso idioma, não lhe deram regras modelares que não oferecessem o menor desacordo e firmassem de vez a grafia de certos vocabulos.

Aqui cito um exemplo da *Peregrinação* de Fernán Méndez Pinto, considerado um dos classicos. Nele se verá o *h*, o malfadado e infeliz *h*, jogando a cabra-céga, colocado onde não se lhe oferecia logar e eliminado, expulso como um pobre diabo de onde, por principio etimolojico, se me não engano, devia estar:

«Embarcados em tres mil seroos, e laulees, e jangas—os chins que levavamos no junco por marinheiros. . . tinham feito *huã* jangada dos pedaços de paos e de taboas que puderam *aver* ás mãos.»

Outros fatos curiozos aparecem, que vêm provar a incoerencia da ortografia que o dogma escolastico nos obriga a aceitar.

Na nossa lingua existem tres homonimos—homografos: —*pelo* (contração); *pêlo* (verbo) e *pelo* (cabelo).

Os que nos ensinaram a velha gramatica da lingua declaram que a contração e o verbo se escrevem com um *l* só, mas o substantivo com dois, *para differençar!*

Sabendo-se que o substantivo—*pelo* veio do latim *pīlus*, onde só ha um *l*, pasmamos diante desta *coerencia*.

Os que têm leitura de nossa lingua notarão certamente as estranhas formas graficas uzadas por Garrett, Castilho, Herulano e Camilo.

Não ha nesses primos sacerdotes das letras portuguezas grafia uniforme.

Diante de tudo isto, portanto, a reforma ortografica da nossa lingua é uma necessidade, principalmente neste periodo de cultura a que chegamos, diante deste amor com que hoje se procura escrever portuguez. A proveitoza, debatida e já famosa questão da reforma ortografica da nossa lingua, apresentada pela *Academia Brasileira de Letras*, tem oferecido marjem a debates de variados matizes.

De um lado aparecem os ortodóxos, terriveis defensores da ortografia antiga, querendo a todo transe mantel-a intacta, com todos os seus defeitos, porque assim *uzavam os antepassados*, não se dando ao trabalho de verificar a certeza de grafia de certos termos que eram escritos em completo desacordo com os étimos, como *atravez* que veio do latim *traversus*, onde não ha esse *z* final e *nenhum* que tambem veio do latim *nec unus*, onde não se vê esse *h* com que se enfeitaram muitas palavras do nosso belo idioma.

Outros bradaram do alto dos jornais, do alto das cátedras que não admitiam a reforma ortografica, *porque era um atentado á ortografia CONSAGRADA da nossa lingua e que ninguem podia atacar e muito menos reformar a obra dos nossos mestres, a obra dos classicos, a obra dos que fizeram a lingua.*

Outros ainda ha mais perigozos e adoravelmente injenuos.

Declararam *que não aceitam a reforma, porque não querem aprender a ler outra vez!*

E outro pitorescamente me declarou *que era preciso então aprender desde o alfabeto; que os reformadores não tinham competencia para alterar uma ortografia de longos tempos uzada pelos nossos mestres.*

O que é certo, porem, é que a reforma se fez. Ela aí está, firme, inabalavel, vitorioza dos rotineiros, dando um passo ajigantado para a uniformidade e perfeição da nossa lingua.

Sofre primeiro os combates dos velhos lejonarios do misto e do etimolojico, mas acabará fatalmente absorvendolos com a lojica incombativel, com um racionalismo provado.

O trabalho da *Academia Brasileira de Letras* não veiu, como se supõi, reformar a lingua, não: simplesmente fez a obra mizericordioza de extinguir tantos e graves defeitos que a maculavam, teve a vitorioza corajem de combater e destruir erros que lamentavelmente vieram passando de geração a geração.

A reforma não veiu, como por aí se diz, dar vantajens aos ignorantes, permitindo-lhes escrever como quizessem, não: destruiu regras absurdas e creou regras racionais.

E, depois, a grande obra da Academia já não é uma novidade.

No proprio berço da nossa lingua ela é já vencedora e ainda com mais radicalismo, segundo exige Gonçalves Viana (*Ortografia Nacional* e mais obras), por ventura hoje a maior sumidade filolojica de Portugal.

E quem poderá negar a competencia de Candido de Figueiredo?

Pois bem: ele é tambem um dos grandes apóstolos da reforma do nosso idioma.

A reforma ortografica da lingua portugueza no Brazil é obra de uma Academia de homens illustres, o lado mais seleta das letras nacionais.

E' a obra de Heraclito Graça e de João Ribeiro, essa competencia inconfundivel no terreno da filolojia; de Machado de Assis, o escritor purissimo que todos conhecem, Medeiros de Albuquerque e outros luminares das nossas letras.

Não é, pois, uma obra de pouca valia nem de cérebros doentios, obra sem baze em que se apoiasse para rezistir aos combates daqueles que negam a lei da evolução, daqueles que reconhecem um erro, mas persistem nele, daqueles, finalmente,

que não têm o direito de se opôr á corrente evolutiva, á evolução natural da lingua que simplesmente conhecem pelo uzo *commum*.

«Um dos pontos essenciaes da reforma, dil-o João Ribeiro na *Educação Nacional*, foi a simplificação dos chamados grupos gregos *ph*, *th* e *ch*.

Já nos ultimos tempos havia tendencia para a simplificação e, ás vezes, supressão dessas letras meramente historicas e já escreviamos: *asma*, *tisica*, *enthusiasmo* (*asthma*, *phthisica*, *enthusiasthmo*).

«O emprego do *th* levava a erros deploraveis: *thesoura* por *tesoura*, *theoria* por *teoria*, *Thereza* por *Teresa* (antigo *Tareja*), *theor* por *teor*, *thiara* por *tiara*, *systhema* por *sistema*, *theatino* por *teatino* (de Teati).»

O uzo do *ch* era arbitrario.

Escreviam, diz ainda o illustre mestre, *melancholia* e *melancolia*, *chólera* e *cólera*, *character* e *carater*, *charta* e *carta*.

Já se vê, repetimol-o, que essa ortografia uzada é incoerente.

Quem escreve *chólera* deve escrever *chorda* e *chretino*, que se orijinou de *christão*.

Em 1631 o ortógrafo Ferreira de Vera, na sua *Ortografia Portugueza*, mandava escrever *maquina*, *monarquia*, *quiméra* e desta forma se justificava: «Assim como os gregos, latinos e arabes não conheceram esta nossa pronuncia *chinela*, *chaminé*, *marcha*, assim nós na nossa lingua materna não temos a sua de *ch*.»

Dizia (razões de João Ribeiro) J. Franco Barreto, em 1671, na sua *Ortografia*: «Advirto que os nomes que temos dos latinos escritos por *ch* devemos escrever sem ele.»

Em 1536 falava o nosso primeiro gramatico Fernão de Oliveira: «Nós somos tão grandes *bujios* dos latinos que tomamos suas coizas sem muito sentir delas quanto nos são necessarias.»

«O *ph*, opina ainda João Ribeiro, gerou outras incertezas.

«Que significa escrever *diaphano* e ao mesmo tempo *fanal* ou *farol*? os radicais são os mesmos.»

Como se sabe o *k* quaze não se uza na nossa lingua e os que o escrevem não são coerentes, porque grafam *kaleidoscopio* e, no emtanto, *clinica*, *cada*, *democrata*.

O desaparecimento do *y* não é uma novidade, já vem de séculos: *ley, meyo, rayo* que deram *lei, meio, raio*.

Conservou-se ainda em certas palavras, como em *Hypolytho*, mas erradamente, porque Candido de Figueiredo provou á evidencia que tal letra não existe na palavra grega *hippos*. (*O que se não deve dizer*).

Parece estar provado, pois, a improcedencia do velho sistema ortografico.

Transcrevamos agora o corpo de doutrinas debatidas, apuradas e sancionadas na *Academia Brasileira de Letras*.

Eis aqui, pois, o que fez a *Academia* para a reforma da ortografia da nossa lingua.

A *Academia Brasileira*, sentindo a necessidade de firmar uma ortografia para as suas publicações officiais, rezolveu organizar para esse fim um vocabulario ortografico. Por isso determinou que na sua elaboração se adotassem as seguintes regras:

REGRA PRIMEIRA.—Sempre que se encontrem diversas grafias autorizadas da mesma palavra, escolher-se-á a que melhor se aproxime da bôa pronuncia, reservando-se á Academia o direito de fixar qual a pronuncia que lhe parece bôa. Desde logo, porem, daí decorrem os seguintes corolarios:

Primeiro corolario:—Os ditongos *au, eu e iu*, que tambem se escrevem *ao, eo e io*, devem sempre escrever-se com *u*. Assim, *mau, pau, chapêu, véu, partiu*, etc.

Nem uma alteração se fará nas palavras em que o digrama *io* não constitue ditongo, como em *fio, frio, rio, tio, vazio*, etc.

Segundo corolario:—O ditongo *ai*, que tambem se escreve *ae*, deve sempre escrever-se com *i*. Assim, *pai, mãe, cái, sái*, etc.

Terceiro corolario:—As palavras que alguns autores escrevem com *e* e outros com *i* inicial, como *idade, igreja, igual*, etc, devem sempre escrever-se com *i*.

REGRA SEGUNDA—Eliminar-se-á, por completo, o uzo das letras *k, y e w*, em todas as palavras portuguezas. Assim, as que eram escritas com *k*, serão escritas, ou com *c*, antes de *a, o, u*, ou com *qu*, antes de *e e i*. As que eram escritas com *w*, serão escritas com *v*, ou com *u*, conforme o som que tiverem.

Exemplos: em vez de *kaleidoscopio, kèpi, kilo, kola* e *kusso*, escrever: *caleidoscopio, quépi, quilo, cola* e *cusso*; em vez de *wormio* e *wigandias*, escrever *vormio* e *uigandias*; em vez de *martyrio, mysterio*, etc., escrever *martirio, misterio*, etc.

REGRA TERCEIRA—Eliminar-se-á o uzo do *h* no meio das palavras, salvo nos seguintes cazos: 1.º, quando se tratar dos grupos *ch, lh* e *nh*, soando como consoantes palatinas: *chamar, achar, mulher, brilho, lenha, banho*, etc.; 2.º, quando se tratar de palavra que seja composta de outra que tenha o *h* inicial.

Assim, pois que se escreve *honra, haver, herdar*, escrever-se-á *dezhonra, rehver, dezherdar*, etc.

Em todos os outros cazos eliminar-se-á o *h*, médio: *surpreender, apreender, distrair, tezouro*, etc.

NOTA—A conservação do *h* inicial não obedece, na deliberação da Academia, a nem um principio especial. Ella reconhece que essa letra devia desaparecer tambem do inicio das palavras. Parece-lhe, porem, util pela frequencia e até pela natureza das palavras em que é uzada, tranzijir com a sua conservação.

Primeiro corolario:—Nunca se escreverá *ch* com o som duro de *c*. Nos cazos em que tal som era atribuido a esse digrama, será elle substituido ou por *c*, antes *a, o* e *u*, e todas as consoantes, ou por *qu*, antes de *e* e *i*. Assim, em vez de *chaldeu, chelonios, chimica, chorografia, chromo, tecnico*, etc., escrever *caldeu, quelonios, quimica, corografia, cromo, tecnico*, etc.

Segundo corolario:—Nunca se escreverá *ph* com o som de *f*. Nesses cazos, substituir-se-á esse digrama por *f*. Assim, em vez de *orthographia, philosophia*, etc., escrever *ortografia, filozofia*, etc.

REGRA QUARTA—Eliminar-se-á o uzo do *g* com o som de *j*, no meio das palavras: Assim, em vez de *agir, legislativo*, etc., escrever *ajir, lejislativo*, etc.

NOTA—A conservação do *g* inicial com o som de *j* é tambem uma medida de transição, para não alterar muito o aspecto da escrita. Como, porem, o *j* e o *g* brando são letras que se permutam frequentemente (*anjo, angelico, geito, rejeitar*, etc.) não ha motivo para respeitar o *g* inicial nas palavras compostas.

REGRA QUINTA—Eliminar-se-á sempre o uzo do *s* com o som de *z*, como acontece entre vogais e em alguns outros cazos. Assim, em vez de *rosa*, *casa*, *transigir*, *deshonra*, etc., escrever *roza*, *caza*, *tranzijir*, *dezhonra*, etc.

REGRA SEXTA—Salvos os cazos em que se empregam os *ss* e os *rr* dobrados, os pronomes pessoais *elle*, *ella* e seus derivados *aquille*, *aquella*, *aquillo*, suprimir-se-ão todas as consoantes geminadas.

Em nem uma palavra, portanto, apparecerão *b*, *d*, *f*, *m*, *n*, *p* ou *t*, duplicados. Os *cc* só apparecerão duplicados, quando o primeiro tiver o som forte e o segundo brando, como em *sucção*, que se lê *sucsão*.

Mas, quando ambos soarem do mesmo modo, como em *distincção*, *extincção*, etc., escrever-se-á *distinção*, *extinção*, etc. Só haverá *ll* geminados nas palavras acima mencionadas. Assim, em vez de *sabbado*, *prelecção*, *adduzir*, *affeição*, *agregar*, *alludir*, *immediato*, *innocente*, *applaudir*, *attenção*, etc., escrever *sabado*, *prelecção*, *aduzir*, *afeição*, *agregar*, *aludir*, *imediato*, *inocente*, *aplaudir*, *atenção*, etc.

NOTA—A Academia reconhece que tirando ao *s* o som de *z* era possível ao mesmo tempo supprimir os *ss* dobrados. Mas as duas modificações feitas ao mesmo tempo interessariam um tão grande numero de palavras, que lhe pareceu melhor nada alterar no uzo do *ss* dobrado.

E' assim uma simplificação que se prepara para o futuro. Por outro lado, respeitando a grafia dos nomes proprios, de que propozitadamente não tratou, respeitou tambem a dos pronomes pessoais e seus derivados, que, sendo palavras de uzo muito frequente, são daquellas cujas modificações mais avultam no aspecto de qualquer texto escrito.

REGRA SETIMA.—Nem uma palavra se escreverá empregando consoante que não tenha nella valor.

Do grupo *sc* suprimir-se-á a letra *c*. Assim, nem uma alteração se terá a fazer na grafia das palavras *abdicar*, *intellectual*, *acne*, *fleugma*, *gnomo*, *recepção*, *bacteria*, *optar*, e outras em que as letras, *bd*, *ct*, *gm*, *gn*, *pg*, *pt* e *ct* sôam separada e distintamente; mas, em vez de *activo*, *anedocta*, *augmentar*, *alumno*, *gimnasio*, *optimo*, *these*, *sciencia*, etc., escrever, *ativo*, *anedota*, *aluno*, *ginazio*, *otimo*, *crecer*, *ciencia*, *teze*, etc..

REGRA OITAVA.—Nunca se começará palavra alguma com *ç*. Assim, em vez de *çapato* como querem alguns lexicographos, de *çadi*, *çamarra*, *çamouco*, *çarigueia*, *çorça*, *çuçupara*, etc., escrever, *sapato*, *sadi*, *samarra*, *samouco*, *sarigueia*, *sorça*, *suçupara*, etc.

REGRA DECIMA.—Os substantivos e adjectivos, cuja terminação tónica seja no singular em «*az, ez, iz, oz e uz*», devem escrever-se com *z* final. O som forte «*ás, és, ís, ós e us*», substantivos e adjectivos só se escreve com *s*, quando a palavra está no plural.

Nestes termos, nem uma alteração é feita na grafia usual dos pronomes *nós* e *vós*, de todos os verbos que nas segundas pessoas se escrevem com *s* e nas terceiras com *z* (*amarás, lés, sentis, e praz, fez, diz*). A regra só se entende com substantivos e adjectivos. Desde que estes terminem no singular em sílaba forte em *az, ez, iz, oz e uz*, escrevem-se com *z*.

O *s* fica apenas nessas partes da oração para indicar plurais, assim em vez de *português, francês, cós*, etc., escrever *portuguez, francez, pez, coz* etc. Reservar o *s* final para as sílabas longas dos plurais. Assim escrever *pás, pés, ardis*, etc.

REGRA UNDECIMA.—As palavras terminadas no som *ão* ou *ã* longo, empregam a vogal *a* com o til, terminadas nos mesmos sons com a pronúncia breve terão a vogal *a* seguida de *m* ou *n*. Assim, em vez de *manhan, pagan, orfão, amão*, etc., escrever *manhã, pagã, orfam, amam*, etc.

REGRA DUODECIMA.—Não se empregará o sinal de sinalefa nas contrações *deste, desta, disto, neste, nesta, nisto, daquelle, nelle, nella, daquella, daquillo, destoutro, daquelloutro*.

Este corpo de doutrinas já tem sido algo modificado.

Essas modificações ainda não atinjam propriamente ao fim desejado, mas muito concorrem para melhorar a reforma.

Em Portugal, como se sabe, berço e séde principal de nossa língua, a reforma já é official e foi elaborada por mestres doutíssimos.

Eis, pois, o que fez a illustre *Academia Brasileira de Letras* no intuito muito louvavel de simplificar a ortografia da nossa língua.

Não é um trabalho perfeito, um trabalho impecavel, mas é um grande passo para o aperfeiçoamento da nossa or-

tografia que, mais cedo do que pensamos, unificar-se-á, fazendo-se então uma reforma radical.

A reforma impunha-se, era uma necessidade palpitante, porque no momento atual da evolução da língua urgia livral-a de uma ortografia defeituosa, conservadora de símbolos sem a menor importância, de letras sem o menor valor, letras, ás vezes, meramente historicas, dificultando somente a escrita e dando azo a que qualquer escritor estabelecesse esta ou aquela forma, pois que dezechava até na escrita diverjir de outros e ser original!

A obra da *Academia Brasileira de Letras*, comquanto não atinjissem á maxima perfeição, corrijiu proficientemente velhos habitos e velhos erros que existiam entre nós com o consenso até dos proprios mestres.

Eu decididamente aceito essa reforma, diverjindo somente em dois pontos que geram em meu espirito algumas duvidas.

Não quero, com isso, no emtanto, declarar-me de forma alguma combatendo as decizões sabias da douta *Academia*; dezejo somente que a palavra dos mestres venha arrancar-me da duvida, e passo por isso a tratar dos pontos que me provocaram estas considerações.

Decidiu a *Academia* que os grupos *ps* e *mn* só se escreviam onde se pronunciassem e dá como exemplo *pseudonimo*, *psicologia*, *mnemonica* e outros termos, apresentando, entretanto, como diverjencia a palavra *psalmo* que manda escrever sem *p*, porque assim se pronuncia.

Ora, não compreendo uma dupla lei de prozodia no inicio de palavras em que entra o grupo *ps*; não compreendo como se manda escrever *salmo* e ao mesmo tempo *psicologia* e *pseudonimo* que tem o mesmo grupo.

—Por que esta pronuncia diferente e esta falta de uniformidade prozodica?

Eu pronunciava sempre e pronunciei *salmo* e penso com isso estabelecer uma pronuncia uniforme.

O que eu deduzi, portanto, das minhas observações foi que não póde persistir o grupo *ps* no começo das palavras, visto como já ficou reduzido a uma letra—*salmo* e este fato veio, me parece, fazer uma regra geral e racional.

Deve ser conservado somente no meio dos vocabulos,

porque aí tem rigorosa pronuncia, como se nota na palavra *rapsodia*.

Sobre o grupo *mn* apresento a favor do que aqui escrevo as seguintes razões que a palavra indiscutível dos mestres poderá destruir.

Sabe-se que o grupo *mn* representa um unico som *né*.

Nas palavras em que elle entra não se separam as duas consoantes, como erradamente por aí se escreve; conserva-se na mesma silaba: *alu-mno*, *so-mno*, (ortografia mista).

Aí mais uma vez se vê o som que as duas letras formam.

A reforma veio extinguir o *m* ou fundir as duas letras num unico som, provando mais uma vez o que afirmamos e mandou escrever *aluno*, *sono*.

Está, portanto, fundido o grupo *mn* e a *Academia* não explicou se só se dava esse fato, quando o *mn* fosse medial.

Desde que assim procedeu, estabeleceu uma regra geral, em vista da qual penso não haver razão para se escrever e dizer *mnemonica* e outros termos em que entra esta mesma ortografia, se é que se não quer fazer da regra um corpo bi-céfalo.

Que necessidade ha de admitir os grupos *mn* e *ps* numas palavras e em outras não?

A emenda do sr. Jozé Verissimo, mandando conservar o *y* nas palavras que já o tinham, constitui para mim mais uma diverjencia, se é que a posso ter nesta debatida questão.

O illustre homem de letras, sr. Carlos de Laet, extranhou tambem com aquella competencia que lhe todos conhecem essa singularidade da *Academia*, dizendo em luminoso artigo:

«Ora, isto é a mais inqualificavel das inconsequencias physicas, por exemplo, elles não mais admittem que se escreva com *y*; mas Catumby deve conservar o seu *y*, por ser palavra de procedencia indigena!

Póde haver cousa mais tola? Diz-se que foi emenda do Verissimo; mas lá por ser elle caboclo não admitto que nos imponha o *y* dos seus maiores; tanto mais quanto para a grafia dos nomes indigenas um bom sabedor da lingua, o Sr. Ramiz Galvão, já começou nos primeiros numeros do *Almanak Garnier* uma racional simplificação».

De fato, há uma indiscutível razão nas razões aqui transcritas do notavel beletриста.

Toda a gente sabe que o *y* appareceu na lingua indijena do Brazil por intromissão directa dos jezuitas, que procuraram por meio desse simbolo grego reproduzir um som de *i* uzado naquela mesma lingua.

Os nomes indijenas, portanto, no Brazil são escritos com *y* por uma regra que se não justifica.

E por que conserval-o ainda?

Por que escrever *guarany*, *tupy*, *Parahyba* com *y* que não existe na lingua indijena?

Se tivessesmos de conserval-o, ele melhor ficaria, neste cazo, nas palavras em que figurasse nos étimos.

São estas, pois, as razões que me acodem e para as quais aguardo a palavra dos que podem dizer tudo sobre o assunto.

Teodoro Rodrigues.



A Lingua Portuguêsa

Regimen, regime, regimem

I *Ha vocabulos portuguezes terminados pelas consonancias \bar{z} api-caes t, d, nê?*

II *Em portuguez o n post-vocalico, não seguido de consonancia explosiva, representa consonancia, ou é mero signal da nasalidade da voz que o precede?*

III *Dever-se-á pronunciar segundo a prosodia convencional com que lemos latim, um vocabulo adaptado ha seculos ao nosso idioma e tão identificado com elle que até deslocou a sua accentuação latina, passando de esdruxulo a grave?*

IV *A predominar na graphia o systema phonetico, que prosodia servirá de padrão? a de Portugal? a do Brasil? a dos doutos? a popular?*

V Será coerente com as doutrinas dos orthographos phoneticistas eliminarem-se na graphia de um vocabulo lettras que representam sons ?

VI Dos pluraes anomalos ADEMANES, CANONES, poder-se-á deduzir uma regra geral, que abranja todos os vocabulos terminados em N, como AFAN, IMAN, REGIMEN ?

Quando em fins do anno passado escrevi o despretençioso trabalho que a Revista do Ensino gentilmente acolheu e publicou no seu numero 5, de 15 de janeiro, sob o titulo *Anomalias convencionaes da orthographia portugueza* e o subtitulo *Vozes e diphthongos nasaes*, não entrava nas esperanças suggeridas pela minha vaidade, aspirar á honra, para mim nobilissima, de que as minhas indoutas reflexões podessem merecer controversia e reparos dum mestre venerando e sabio, como o sr. dr. A. R. Gonçalves Viana, a quem commovidamente agradeço o se ter dignado perder alguns instantes com o meu pobre artigo, dedicando-lhe o luminoso commentario, publicado á pagina 223 do numero 10 da mesma Revista.

Proposera eu no mencionado estudo que, tendo-se generalizado a escripta com *m* da nasalidade da syllaba final dos vocabulos portuguezes, quer nesta se perceba uma simples voz, como em *fim*, *tom*, *um*, quer seja ampliada em diphthongo, como em *amam* (*amãu*), *bem* (*bëi*), * poder-se-ia estender este modo de graphar ás poucas palavras em que apparece *n* final, pois que a favor deste *n*, que é alheio aos nossos habitos orthographicos, tambem não se pode invocar justificativa na etymologia, uma vez que o *m* de *amam*, *bem*, *fim*, *tom*, *um* e congeneres nada mais é do que o signal da nasalidade provinda de um *n* original—*amant*, *bene*, *finem*, *tonum*, *unum*.

Além disto e apoiado nos mesmos e em alguns outros motivos, eu dissentira da solução que o distincto auctor do *Novo Dictionário da Língua Portugueza* dera áquella anomalia graphica, mutilando alguns vocabulos terminados em *n*, como *regimen*, *tentamen*, etc. que, segundo a sua opinião, dever-se-iam escrever *regime*, *tentame*, etc.

Contra estas minhas idéas foi que o sr. dr. Gonçalves Viana se dignou oppôr os commentarios a que ora reverentemente treplico-

Reduzem-se os lucidos argumentos do sabio auctor da *Orthografia Nacional*, a quem ousou replicar confiado na generosa benevolencia de que já deu uma prova inconcussa no artigo em debate, a tres asseverações capitaes: a) nos vocabulos terminados por *n* a voz

da ultima syllaba não é nasal; b) é preciso supprimir o *n* final, porque a sua permanencia difficulta a formação dos pluraes dos nomes assim acabados; c) não ha razão para se invocar o confronto com o castelhano, na discussão da escripta de *m* e *n* finaes portuguezes.

Para melhor comprehensão desta resposta, a que me abalanço mais uma vez o repito, com o acatamento e a confusão que sente o pequenino discipulo em presença dum dos mais conspicuos mestres de philologia romanica, transcreverei textualmente aqui as proprias palavras do sapiente vernaculista luso.

Eil-as, segundo a ordem que estabeleci acima: a) « Em Portugal, quando lemos latim ao nosso modo, as terminações *am*, *em*, *im*, *um* são proferidas respectivamente, *ãu*, *ëu* *ï* *ü*, as duas primeiras como ditongos nasais; *nam*, *horam*, *rem*, *tandem*, advertindo-se que differencamos *em* de *eum*, em ser fechado o *e* da primeira, e aberto o da segunda: *rem* não rima com *deum*.

Pelo contrario, nas terminações *an*, *en*, *in*, *on*, de *forsitan*, *flumen*, *crisim*, *canon*, etc. o *n* sôa distintamente.

Ora este modo de lêr tais terminações em latim traslada-se ao portugûes quando adoptamos qualquer vocábulo latino, sem acomodação rigorosa ás leis fonologicas do nosso idioma; e, conseguintemente palavras como *especimen*, *regimen*, *germen*, *abdômen*, *cânon* pronunciam-se *especime-n*, *regime-n*, *germe-n*, *abdôme-n*, *câno-n*, e não *especimê*, *regimêi*, *germêi*, *abdômêi*, *canô* que seriam as suas pronunçações, se as escrevessemos com *m* final.»

b) «Pelo plural de *cânon*, que é *canones*, e pelo de *joven* que foi *jovenes*, vemos que seguem a regra geral dos terminados em *r*, convém saber, acrescentam *es*; assim teremos *regimenes*, *germenes*, *abdomenes*, como temos *cores*, *altares*, *mulheres*, *cadáveres*.»

c) «Diz-nos o douto filologo que a nasalização da vogal terminal se indica em portugûes por *m*, em castelhano por *n*.

Com effeito, ao portugûes *som*, corresponde o castelhano *son*. Sendo assim, teriamos nós *regimem*, correspondente ao espanhol *régimen*.

Isto, porém, não é exacto: em castelhano, tanto em *son* como em *régimen*, como em todas as terminações de vogal seguida de *n*, e não são poucas, atenta a conjugação dos verbos, não há vogal nenhuma nasal; há uma vogal oral seguida da articulação *n*, por mais atenuado que este seja, sempre distinta e audível.

Deste modo *pan*, por exemplo, não se pronuncia *pã*, mas sim *pa-n*.»

Agora a minha defesa, que, para ser cabal e completa, basta-

me responder aos quesitos de que fiz o summario desta replica, apoiando-me nos factos incontestes, observados na evolução da nossa lingua e sabiamente registados nos monumentaes estudos de philologia vernacula dos srs. drs. José Leite de Vasconcellos e Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, duas das maiores auctoridades de que se póde com justiça orgulhar em Portugal a sciencia da linguagem.

Examinando o lexico portuguez, vê-se que ao contrario do hespanhol e do francez, não ha em nosso idioma vocabulos terminados em articulações, além das representadas pelas lettras *l, r, s, x, z.*

O *m* e o *n* que se grapham em syllabas finaes nada mais são do que meros signaes de nasalidade.

Para corroborar estas affirmativas, que aliás não padecem a menor contestação, transcrevo aqui o que a respeito ensina o sr. dr. J. Leite de Vasconcellos, á pagina 33 da sua esplendida obra *Lições de Philologia Portuguesa*: «Das consoantes finaes,—*C* cái (*sic* > *si* > *sim*, *nec* > *ne* > *nem*); *T* muda-se em *d*, que tambem cái (*erat* > *erad* > *era*); *M* cái, excepto em certos monosyllabos (*amabam* > *amava*, *cum* > *com*, proclitico; *rem* > *rem*); *N* nasala a vogal anterior e cái em *in* > *ẽ=em*, *non* > *nõ=nom* > *não*.»

Era natural que, sendo a nasalidade portugueza, como a franceza, um phenomeno peculiar a estes idiomas e talvez desconhecido no latim, a sua representação graphica gerasse embarços e hesitações nos primeiros seculos da nossa lingua.

Como provas destes tenteios basta lembrar com o douto philologo acima citado que «no seculo XV as oscillações de *m* e *n* são grandes», e vêr que em documentos anteriores áquella época a nasalidade final é representada indistinctamente por *n, m,* ou *til,* cf. *segiã=sejam*, *departiã=departam*, *fazam=façam*, *agiã=hajam*, *teniã=tenham*, *dariã=dariam*, *en=em*, *sten=estejam*, *sen=sem*, *virẽ=virem*, *solten=soltem*, *den=dẽem*, *orem=orem*, *ouverẽ=houverem*, *quen=quem quiserẽ=quizerem*, *ten=tem*, *don=dom*, *barõ=barão*, *nõ=não*, *ordin=ordem*, *sũ=são*, *cũ=com*. (Testamento de D. Affonso II *Lições de Philologia Portuguêsa*, pag. 69.)

Não é, pois, de estranhar que, mesmo depois de a nossa orthographia ter adquirido uma certa estabilidade nas suas convenções, entre as quaes figura a representação da nasalidade da voz final, simples ou ampliada em diphthongo, por *m,* ainda hajam perdurado vestigios daquellas duvidas, ora motivados pela necessidade de se indicar a voz e não o diphthongo em que na maioria dos casos esta se modificára, como acontece com o *a* nasal, que se ficou graphando indecisamente com *n* ou com *til,* para distinguil-o de *am* que se lê

ãu; ora persistentes por inexplicavel arbitrio a que se procurou uma justificação na influencia do hespanhol, como em *joven*.

Este facto tão simples na apparencia e que não é unico em portuguez, onde na massa geral dos vocabulos em que *i* e *u* atonos finaes se grapham *e* e *o*, se mantem, por exemplo, a cerebrina e anomala graphia de *quasi* e *tribu*, gerou uma serie de complicações philologicas, porque os eruditos, querendo explicar a differença orthographica entre *em*, *om* e *en*, *on* finaes por uma diversidade prosodica, e não encontrando recursos para isto dentro dos nossos habitos phoneticos, não tiveram duvidas em dar a palavras portuguezas a prosodia convencional com que «em Portugal lêem latim a seu modo»; e, assim, para justificar a disparidade graphica entre *virgem* (que em Portugal se pronuncia *virjã* e no Brasil *virjê*) e *regimen*, começaram a dizer *regime-n*, sem reflectir que uma tal pronunciação é contraria a natureza da nossa lingua, em que não ha vocabulos terminados em consonancias alveolares, e que o *n* ao cahir como articulacão, deixou na maioria dos casos a vogal affectada de nasalidade, geralmente indicada por *m*: *amam*, *tem*, *fin tom*, *um* > *amant*, *tenet*, *finem*, *tonum*, *unum*.

O povo, porém, que não sabe latim e que desde os primeiros passos na aprendizagem da leitura se habituou a syllabar — *a + n = ã*, *e + n = ê*, *i + n = ï*, *o + n = õ*, *u + n = ù*, e a quem ensinaram a pronunciar *bens*, *tens*, *homens*, em Portugal, *bãis*, *tãis*, *homãis*, e entre nós, *bêis*, *têis*, *homêis*, pouco se preocupou com as complicações dos eruditos, e, logicamente, ao menos quanto á pronuncia, continuou dizendo *jovã* ou *jovê*, embora escrevesse com *n* final; e se não estendeu a todas as outras palavras terminadas por *en* esta prosodia, unica possivel, sem flagrante desrespeito á evolução phonologica do nosso lexico, foi porque taes vocabulos lhe ficaram fóra do alcance, por não serem de uso commum.

Prova-o inconcussamente a pronuncia, hoje unanime em todo o Brasil, da palavra *regimen* e suas congeneres.

Com a proclamação da nossa republica, ha quasi um quarto de seculo, aquella palavra desceu da technologia dos compendios de direito e de grammatica para o terra-terra do uso popular.

Antigo *regimen*, *regimen* decahido, *regimen* democratico, *regimen* monarchico, *regimen* republicano, *regimen* presidencial, *regimen* parlamentar, etc. são expressões corriqueiras nos *meetings*, nos jornaes, nos parlamentos, em toda parte.

E o que se escreve e se lê, o que se diz e se ouve nas deatribes dos jornaes politiqueiros, como nos austeros e doutrinarios ar-

tigos de fundo da grande imprensa, nos epilepticos paroxysmos dos galimatias dos comicios arruaceiros, como na augusta compostura dos congressos legislativos e das cathedras docentes, é *regimen* com *n* pronunciado *regimêi* como se fôra escripto *reginem*.

Tentando justificar o *m* que aconselhára em *jovem*, não com a prosodia popular que o imposera, mas com uma ponderosa razão etymologica, o sr. dr. Candido de Figueiredo, com aquella facilidade de se tirar de apertos philologicos, que tão singularmente o caracteriza, diz preconizar o *m* porque *juvenem*, accusativo latino, tem *m* final.

Ora, mesmo que por uma aberração do bom senso universal fosse aceito um tal disparate, que pela sua ingenuidade simploria nem mereceria uma referencia, porque o operoso lexicographo escreve *eden* e *lichen*, palavras que têm os accusativos latinos *edenem*, *lichenem*?

Porque ?

Pela simplicissima razão de que, sendo taes palavras de uso exclusivamente erudito, os doutos as podem pronunciar como entenderem e julgarem mais elegante: ou conforme a hypothetica prosodia do latim ciceronico, da qual nada sabemos de positivo, ou, se tanto lhes aprouver remontar, segundo as remotas pronunciações arycas, phantasiadas para essas priscas eras patriarchaes de pastoreio nos planaltos asianos.

Ninguem lhes perturbará o sonho classico, pronunciando vernaculamente vocabulos exóticos que exóticos se mantenham, apparecendo apenas como dices duma cultura superior na artificiosa linguagem litteraria.

Quando, porem, taes vocabulos adquirem voga no uso geral, então será esforço vão e impatriotico tentar deturpal-os com pronunciações peregrinas.

São estes os ensinamentos de que me abeberei na observação directa dos factos linguisticos e na leitura das mais respeitaveis auctoridades da nossa philologia, dentre as quaes destaco o sabio auctor da *Ortografia Nacional*, de que cito a seguir algumas passagens categoricamente preceptivas dos meus asertos :

«Parece portanto de manifesta vantajem que o menor numero de vocábulos se submeta ás condições do maior, até onde a analogia e a derivação evidente não contrariem absolutamente essas condições essenciaes da escrita, que não são mais que a observancia dos preceitos lojicos, determinados pelo estudo dos factos. (pag. 7) «Acrescente-se ainda um factor importante — as pronuncias convencionais do

latim, que levaram a mal interpretar a sua ortografia e a reproduzi-la inconvenientemente nas linguas vernaculas, as quais em cada nação lhe emprestavam e continuam a emprestar as suas particularidades fonológicas que concorriam e concorrem para serem menos perceptíveis as diferenças foneticas entre esses idiomas e o latim do periodo aureo, e ainda do decadente, tidos como padrão e modelo ortografico.» (pag. 10)

«Em todas as nações, pois, succedeu, pouco mais ou menos, com relação á falsa interpretação da ortografia latina o mesmo que aconteceu em Portugal.

A tradição doutra fez lenta, mas firmemente, o resto, e só a Italia pôde a bem dizer, fugir a esse influço nefasto...

.....

A Espanha pela sua parte, soube a tempo emancipar-se da obnoscia preponderancia dos eruditos e a sua Academia organizou há mais de um seculo uma das mais perfeitas ortografias que se conhecem como espelho de um idioma literario. (Pag. 11)

«Repudio em parte esta ortografia, porque estou há muitos anos persuadido de que, mesmo depois de escrupulosamente corrigida, tendo-se na devida conta a orijem immediata e averiguada dos vocábulos e formas gramaticais, ela não pode vir a ser ortografia nacional, sem que primeiro seja aliviada dos artificios eruditos, que não só a complicam inutilmente e a tornam irregular e incompreensível, mas igualmente são estranhos á evolução conhecida da lingua patria e não constituem elementos essenciais da sua escrita herdada e legitima.» (Pags. 16 a 17)

«Cumpre que a verdadeira correção neste particular se converta em doutrina geral e de facil applicação e para tal fim é mester que a ortografia seja simples, consequente, verdadeiramente portugêsa, e não alatinada como é.

Só me parece útil conservar as particularidades da ortografia latina quando não contrariem a simplificação e regularização da portugêsa á qual muitas vezes são permanente obstáculo, e que tem de ser removidas, porque a vida moderna reclama essa simplificação como necessidade imperiosa.

A lingua escrita com correção não é já, nem pode ser, como foi, instrumento privativo de literatos...

A lingua portugêsa tem de ser escrita por todos e para todos.» (Pag. 42)

«Poderíamos assentar na grafia *m* final para indicar a nasalidade de qualquer vogal.» (Pag. 135)

« Todos os vocabulos usuais na lingua devem ter escrita portugûesa; os que a não recebam terão de figurar, e parcimoniosamente, como estrangeiros, sendo impressos em italico.

Se tais palavras são indispensaveis por serem nomes de objectos para os quais não há denominação portugûesa conhecida, é de necessidade que se revistam de feições portugûesas, para que entrem no tesouro comum, enriquecendo-o. E' o que fizeram os nossos autores antigos e até modernos, até o periodo recente em que se introduziu o presunçoso pedantismo estrangeirado, que mal disfarça a ignorancia de quem dêle abusa.» (Pag. 220.)

Depois de tudo isto, como repellir uma generalização que tem por fim eliminar uma irregularidade existente em meia duzia de vocabulos, escrevendo-os de accôrdo com o uso geral, decorrente da evolução normal do nosso idioma, porque a ella se oppõe a artificiosa pronunciação de alguns doutos ?!

São ainda do mesmo preclaro glottologo as palavras seguintes: « Tenho por assioma que toda a ortografia, somente adequada a figurar a pronunciação peculiar de certa rejião, de certas classes, de certo individuo, não logrará aceitação...

A escrita, portanto, deve expressar com rigor os accidentes comuns a todo o dominio portugûes, desatendendo os especiais que não tenham fundamento historico dentro da propria lingua.» (Pags. 4 e 5)

Se o conservarem-se em nosso idioma os modismos da graphia romana, cujo conhecimento e estudo nos é largamente facultado pelos innumerados textos que nos herdou a exuberante litteratura do grande povo do Lacio, é uma extravagancia tão censuravel que merece do sr. dr. Gonçalves Viana os reiterados epithetos de inconveniente, irregular, incomprehensivel, inaceitavel, artificiosa, pedantesca, nefasta obnoxia, não é coerente querer-se restaurar em palavras portuguezas a pronunciação latina, que ninguem conhece, nem ha meios de reconstituir, até mesmo porque os orgulhosos filhos da cidade das sete collinas descuraram a arte de embalsamar, graças á qual, á semelhança do que duma múmia egypcia nos conta o excentrico Egard Poë, poderiam os nossos ouvidos barbaros receber dos labios de um *pater conscriptus* qualquer os augustos accentos da lingua em que ha dois mil annos Cicero fulminou Catilina.

Se a graphia, mera convenção, que em nada altêra o valor dos phonemas, que são o elemento vivo e real da palavra, deve refugir á imitação servil do latim, não é, absolutamente não pode ser licito violar habitos phoneticos, advindos fatalmente das modificações profundas, soffridas pelos orgãos phonadores, ao influxo das mil vi-

cissitudes ethnicas, mesologicas e culturaes que, nesses dois milennios, decorridos desde a conquista romana até hoje, fizeram dos cidadãos das republicas de Portugal e do Brasil seres social e anthropologicamente diversos dos legionarios de Scipião e Sertorio.

Entre o vocabulo latino *régimen*, cuja verdadeira pronuncia parece ter sido nos tempos aureos da civilização romana—*réguimene*—e o seu derivado portuguez *regimen*—que se lê normalmente *regimêi*, a prosodia referendada pelos eruditos—*rejime-n*, em que, num tumultuoso contraste, a palatização do *g* e a deslocação do accento tonico lhe dão aspecto vernaculo, e a articulação do *n* final o mascára ridiculamente com um claudicante arremedo de latinidade canhestra, é para mim uma caturrice igual á de quem, por descender dos visigodos, invasores da peninsula, tivesse a lembrança de appensar ás peças do vestuario com que se atavia a sua casquilha figura de *surmenê* moderno, um morrião ou umas grêvas que supposesse terem estado em uso entre os guerreiros de Alarico e Ataulpho.

Até aqui a impugnação da articulação *nê* no fim de syllaba não seguida de consonancia explosiva; e consequentemente a defesa da nasalidade da voz terminal em que ha *n*.

Agora a outra questão.

O *n* final, quer represente a articulação apical *nê*, quer seja um simples expoente de nasalização da voz anterior, deve ser eliminado das palavras em que figura actualmente ?

Mesmo dando de barato que tenha de predominar como padrão na orthographia de taes vocabulos a pronuncia semi-latina, com que os lêem alguns eruditos, o *n* que neste caso representaria, não já uma simples resonancia nasal, mas uma articulação claramente proferida, não pode ser suppresso, pois que, a sel-o, acarretaria isto uma sensivel alteração prosodica, o que não está de accôrdo com a doutrina apostolada pelos orthographos phoneticistas.

E' pelo menos o que deduzo dos dois primeiros dos tres preceitos fundamentaes em que estão resumidos pelo auctor, os valiosos ensinamentos da *Orthografia Nacional*, e que são textualmente os seguintes :

« I Tudo o que se differença na fala tem de ser differençado na escrita.

II Todas as pronunciações lejitimas devem ser representadas na orthografia comum, para que a lingua escrita seja uma só. »

Em face disto que é indiscutivel, mesmo que alguns doutos es obstinem em pronunciar *regime-n*, *tentame-n*, etc., o que é, repito,

um attentado aos nossos habitos phoneticos, a unica escripta conciliadora entre essa prosodia estrangeirada e a pronuncia normal do Brasil, é *regimen, tentamen*, e não *regime, tentame*, onde com a supressão do *n* aquellas formas ficam reduzidas a monstruosas aberrações graphicas, que nada representam, pois nenhum fallar portuguez ou brasileiro lhes corresponde.

Defender-se a eliminação do *n* porque este «difficulta a formação do plural» das palavras que nelle terminam, é um argumento que me leva a crêr que o illustre sr. dr. A. R. Gonçalves Viana, quando se dignou honrar-me com uma oppugnação ao meu humilde trabalho, teve tão somente em mira o generoso intuito do mestre que, contradizendo o discipulo, o estimula á discussão em que por ventura faça valer os seus pequeninos recursos de estudioso.

De todos os livros (aliás muito poucos) que conheço, grammaticas e dictionarios, onde se ventila a questão da formação do plural dos nomes portuguezes, só na *Ortografia Nacional*, á pagina 140, encontrei a regra de que os nomes terminados por *n*, passam ao plural acrescentando *es*.

Em todos os outros, entre os quaes destaco os auctorizados grammaticos portuguezes Augusto Epiphanio da Silva Dias e Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos, *ademanes, canones*, são excepções, como *males, consules*, explicaveis como archaismos flexionaes, á maneira das terminações *de, des* da segunda pessoa do plural do imperativo e do presente do indicativo de certos verbos—*vêde, vêdes, ride, rides, ponde, pondes*.

Em linguagem como em todas as manifestações da existencia universal, ha sempre, num todo que se transforma ao influxo da evolução, uma ou outra parte que, resistindo ao impulso geral, se deixa ficar no seu modo de ser primitivo, como a marcar os estádios intermedios da transformação operada.

Em astronomia, como a revelar a origem dos satellites, que, presos nas malhas intangiveis da gravitação universal, formam o sequito de alguns planetas, lá estão os anneis de saturno, inteiros como quando se destacaram do nucleo central ao influxo da força centrifuga, desenvolvida pela rotação, nesses interminos cyclos da genese cosmologica.

Em zoologia, o cetaceo com as suas barbatanas, o cheiroptero com as suas asas, o ornithorynco com o seu bico, teimosamente conservados entre os mamiferos, testificam de um modo evidente que a vida animal, a despeito da excelsa perfeição a que se alteou com o *homo sapiens*, habitou nesses longinquos e tenebrosos periodos pa-

leozoicos, as profundezas dos mares primitivos, e ao deixal-os pela solidez ainda insegura dos continentes recém-emersos, esboçou como tentativas de adaptação as formas monstruosas dos ichthyosaurios e dos plesiosaurios.

Do mesmo modo os pluraes *canones*, *consules* persistentes ainda hoje, não são mais do que uma como fossilização de extinctos processos campenomicos.

Resta-me por fim defender-me da accusação levantada a proposito do confronto que fiz do portuguez com o hespanhol.

Para maior clareza repito agora o que escrevi no meu alludido artigo de 15 de janeiro :

Se quizermos ampliar a discussão, elucidando-a com uma vista comparativa ao hespanhol e ao francez, lá como aqui, se nos depara precisamente a mesma duplicidade.

Numas formas a nasalidade final do thema desapareceu e noutras foi conservada.

No hespanhol, ora a terminação alterou-se completamente como em *lumbre*, *nombre*, ora manteve a nasalidade, como em *régimen*, *examen*.

No francez a par das formas atrophiadas como *crime*, *nom*, *régime*, coexistem as formas integras *examen* e *abdomen*.

Ora, disto ninguem poderá concluir que o meu objectivo é affirmar a existencia da nasalidade em hespanhol, onde este phenomeno, surgido com o evoluir de alguns idiomas neo-latinos, e tão accentuado no portuguez e no francez, é a bem dizer inexistente.

O meu intento com aquellas palavras foi evidenciar que assim como no hespanhol e no francez o *n* original das formas latinas pode permanecer ou cair, assim tambem em portuguez, o facto de o *n* ter desaparecido em *crime*, *lume*, etc., não é motivo para que sejamos constrangidos a expungil-o violentamente de *regimen*, *tentamen*, onde persistiu e tem valor phonetico, tanto na pronuncia pseudo-latina dos eruditos, como no fallar normal do Brasil.

Em uma nota inserta á pagina 136 da *Ortografia Nacional*, o mestre notavel, que increpou de desarrazoada aquella referencia ao castelhano, escreveu o seguinte, a proposito da graphia de diphthongos nasaes : « Por igual motivo é preferivel a escrita *am*—por *ão*—atono dos verbos, pois a sua primitiva pronunciação, ainda hoje dialectal no norte era *ã* (*õ*, *ü*, *u*), e não *ãu*, cf. o castelhano *amáran* e *amáron*, que são diferentes, como o eram em portuguez, *amárõ*, do preterito perfeito, é *amárã* do mais que perfeito que o dialecto comum e literal infelizmente unificou em *am*. »

Nestas linhas ha um confronto em tudo analogo ao que se lê no meu artigo; e no emtanto seria uma injustiça arguil-o de inoportuno, porque no hespanhol não ha vozes nasaes.

Mais dois argumentos e darei por finda esta já fastidiosa discussão.

Toda a modificação orthographica, para que se justifique e aspire a viger, tem de collimar o duplo escopo da simplificação e da uniformização.

Ora, neste debate, quem estará mais proximo daquelle desideratum? os que propõem que a terminação de *joven*, *regimen*, *eden*, assuma tres typos morphologicos differentes: *jovem*, *regime*, *eden*, ou aquelle que suggere e defende para todos aquelles vocabulos a graphia normal da lingua—*jovem*, *regimem*, *edem*?

Enfim como ultima demão contra essa infeliz tentativa de adulterar arbitrariamente formas vigentes no fallar commum, vale como o melhor dos argumentos que eu podera adduzir, o factio curiosissimo e altamente significativo de os dois grandes mestres de philologia portugueza, auctores, respectivamente, das *Lições de Philologia Portuguesa* e da *Orthografia Nacional*, escreverem *regimen*, *tentamen*, embora, talvez por generosa tolerancia, registem ambos e o segundo chegue ao incommodo de tentar defender as formas *regime*, *tentame*.

Ao terminar este artigo, seja-me permittido declarar que, a despeito dos desvarios do sr. dr. Candido de Figueirêdo e das sobremodo captivantes e honrosas referencias com que me distinguiu o venerando e sapiente mestre, sr. dr. A. R. Gonçalves Viana, eu me sinto contente por vêr as minhas opiniões sahirem illesas desta controversia em que, por um acaso do aventuroso jornadeiar da vida mental, um dos maiores sabedores de philologia romanica se dignou contestar affirmações de um dos menores ensinadores de grammatica portugueza.

Parece-me, pois, que, sem incidir na pecha de obstinado, posso hoje, como ha alguns mezes, encerrar esta defesa com as palavras com que então fechei o meu artigo que mereceu os desvanecedores reparos que a suggeriram:

Em vista, pois, da rigorosa inducção dos factos estudados, a orthographia accôrde com o genio do nosso idioma é *regimem*, *tentamen*, etc. tudo com a nasalidade final representada por *m*.

Ou isto ou não se tocar no illogismo que um uso algumas vezes secular abroquela no prestigio hieratico das velhas cousas respeitadas pelo tempo.

Numa lingua já definitivamente constituida e cuja fixação de formas vocabulares e syntacticas se operou ha quatro seculos, nessa fulgurante era quinhentista, em que, ao sopro magico da Renascença, o acharaboado romance, algaraviado na gloriosa terra de Viriato, se metamorphoseou no majestoso e grandiloquo idioma em que foi moldada a sublimidade épica dos Lusiadas, corrigir-se uma anomalia graphica, substituindo-a por uma corrupção prosodica, é que não é logico nem plausivel.

Ferreira dos Santos.



UM APOLOGO

Era uma vez uma agulha, que disse a um novello de linha:

—Porque está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma cousa neste mundo?

—Deixe-me, senhora.

—Que a deixe? Que a deixe, por que? Porque lhe digo que está com um ar insuportavel? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

—Que cabeça senhõra? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros.

—Mas você é orgulhosa.

—De certo que sou.

—Mas por que?

—E' boa! Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?

—Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu, e muito eu?

—Você fura o panno, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...

—Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o panno, vou adiante, puxando por você, que vem atrás, obedecendo ao que eu faço e mando...

—Tambem os batedores vão adiante do imperador.

—Você imperador?

—Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e infimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto ..

Estavam nisto, quando a costureira chegou em casa da baroneza. Não sei se disse que isso se passava em casa de uma baroneza, que tinha a modista ao pé de si, para não andar atrás della. Chegou a costureira, pegou do panno, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser. Uma e outra iam andando orgulhosas, pelo panno adiante, que era a melhor das sedas, entre os dedos da costureira, ageis como os galgos de Diana—para dar a isto uma cor poética. E dizia a agulha:

—Então, senhora linha, ainda teima no que dizia ha pouco? Não repara que esta distincta costureira só se importa commigo; eu é que vou aqui entre os dedos della, unidinha a elles, furando abaixo e acima...

A linha não respondia nada; ia andando. Buraco aberto pela agulha era logo enchido por ella, silenciosa e activa, como quem sabe o que faz, e não está para ou-

vir palavras loucas. A agulha, vendo que ella não lhe dava resposta, calou-se tambem, e foi andando. E era tudo silêncio na saleta de costura; não se ouvia mais o *plic-plic-plic-plic* da agulha no panno. Caindo o sol, a costureira dobrou a costura para o dia seguinte; continuou ainda nesse e no outro, até que no quarto acabou a obra, e ficou esperando o baile.

Veio a noite do baile, e a baroneza vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bella dama, e puxava a um lado ou outro, arregaçava d'aqui ou d'alli, alisando, abotoando, acolchetando, a linha, para mofar da agulha, perguntou-lhe:

—Ora agora, diga-me quem é que vai ao baile, no corpo da baroneza, fazendo parte do vestido e da elegancia? Quem é que vae dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o baláio das mucamas? Vamos, diga lá.

Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou á pobre agulha:—Anda, aprende, tola. Canças-te em abrir caminho para ella e ella é que vai gosar da vida, enquanto ahí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguem. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça:—Tambem eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!